

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.978 - SP (2019/0330279-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA
ADVOGADO : EDUARDO LOPES DE OLIVEIRA - RJ080687
RECORRIDO : MARCIA MONT SERRATH
ADVOGADO : MARCIO DA CUNHA LEOCÁDIO - SP270892
INTERES. : UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
ADVOGADO : WILZA APARECIDA LOPES SILVA - SP173351

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. (1) VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DAS RAZÕES DA ALEGADA AFRONTA AO DISPOSITIVO LEGAL. SÚMULA Nº 284 DO STF. (2), (5) e (6) VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. (3), (4) e (5) FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO DE USO DOMICILIAR. RECUSA INDEVIDA. DEVER DE COBERTURA. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

MARCIA MONT SERRAT (MARCIA) ajuizou ação em desfavor de UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS (UNIMED FEDERAÇÃO) e UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (UNIMED RIO), cujos pedidos foram julgados procedentes para, tornando definitiva a tutela concedida, condenar as ré ao cumprimento da obrigação de fazer fornecer à autora os medicamentos *Epclusa* e *Rebetol* (e-STJ, fls. 229/234).

Irresignada, UNIMED RIO interpôs apelação, que foi desprovida pelo Tribunal bandeirante em acórdão assim ementado:

PLANO DE SAÚDE. Negativa de fornecimento do medicamento 'Epclusa' e 'Rebetol' para o tratamento de Hepatite C e cirrose hepática. Alegação de que um dos medicamentos é importado e sem registro na ANVISA e que o outro é de uso domiciliar. Doença coberta pelo plano contratado. Existência de indicação expressa e fundamentada

do médico. Medicamento que foi registrado recentemente pela ANVISA. Irrelevância de se tratar de medicamento de uso domiciliar. Proteção da vida e da saúde da segurada. Negativa abusiva. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO. (e-STJ, fl. 488).

Os embargos de declaração opostos por UNIMED RIO foram rejeitados (e-STJ, fls. 500/502).

Inconformada, UNIMED RIO interpôs recurso especial com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando a violação dos seguintes dispositivos legais: **(1)** art. 1.022, II, do NCPC, ao sustentar que o acórdão recorrido incorreu nos vícios indicados pela parte nas razões dos embargos de declaração; **(2)** art. 196 da CF/88, ao argumento de que deve ser preservada a sustentabilidade do sistema de saúde suplementar, que se pauta pelo teor da legislação de regência e do contrato firmado entre as partes, não constituindo seu dever prestar assistência ampla e ilimitada à população, diversamente do Estado; **(3)** art. 10, V e VI, da Lei 9.656/98, por reputar que a operadora do plano de saúde não poderia ser instada a pagar medicamentos de uso domiciliar, cuja cobertura não é obrigatória à luz da legislação e nem encontra previsão contratual. Também indicou dissídio jurisprudencial, tendo por paradigma precedente desta Corte Superior; **(4)** arts. 478 e 757 do vigente Código Civil, por considerar que há desequilíbrio econômico-financeiro no contrato de plano de saúde quando há ampliação da cobertura sem o devido reajustamento da contraprestação, acarretando onerosidade excessiva para a operadora; **(5)** arts. 422, 756 e 760 do CC/2002, art. 5º, XXXVI, da CF/88 e art. 54, § 4º, do CDC, por considerar que a legislação consumerista autoriza a limitação dos direitos em contrato de adesão, desde que as cláusulas restritivas sejam destacadas; e, **(6)** arts. 5º, XXXV, e 93, IX, da CF/88.

Em juízo de admissibilidade, a Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal bandeirante admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 613/614).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da alegada omissão do acórdão recorrido

No que se refere à pretensão da recorrente de reconhecimento de que o acórdão recorrido incorreu nos vícios indicados no corpo da peça de embargos de declaração, a interpretação que se extrai das razões recursais é que a parte se limitou a manifestar sua irrisignação, não tendo indicado o ponto alegadamente viciado do aresto recorrido.

Ressalta-se que o mero inconformismo sem especificar o vício de que se encontraria eivado o aresto impugnado não supre a exigência de fundamentação adequada do recurso especial, incidindo, por analogia, o óbice da Súmula nº 284 do STF, que dispõe: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

A propósito, vejam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 170, §1º, DA LEI Nº 6.404/76, 467 E 471 DO CPC DE 1973. SÚMULA 284 DO STF. SÚMULA 371 DO STJ. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. INVIABILIDADE DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA DE TRIBUNAL SUPERIOR E FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. VALOR CORRETO DA COTAÇÃO DA AÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. RENDIMENTOS DOS DIVIDENDOS. SÚMULA 284 DO STF.

1. Em relação à alegada ofensa aos arts. 170, §1º, da Lei nº 6.404/76, 467 e 471 do CPC/73, não se vislumbra a aduzida violação por falta de articulação de argumentos jurídicos a embasar tal assertiva, caracterizando deficiência de fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF.

2. "Incabível a análise de recurso especial, por quaisquer das alíneas do permissivo constitucional, que tenha por fundamento violação de enunciado ou súmula de Tribunal Superior". (AgRg no AREsp 462.700/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 22/05/2014, DJe 05/06/2014).

3. A matéria referente ao critério do balancete mensal para a apuração do valor patrimonial da ação não foi apreciada pelo Tribunal de origem, carecendo do indispensável prequestionamento.

4. O acolhimento da pretensão recursal acerca do correto valor da cotação da ação demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos

da Súmula 7 do STJ.

5. No tocante ao tema dos rendimentos dos dividendos, a ausência de indicação de dispositivo de lei federal tido por violado caracteriza a deficiência de fundamentação a inviabilizar a abertura da instância especial. Aplicação da Súmula 284/STF.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 802.042/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 29/8/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. ADOÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. DANOS MATERIAIS E MORAIS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Esta Corte já se posicionou no sentido de não ser desprovido de fundamento o julgado que ratifica as razões de decidir adotadas na sentença, transcritas no corpo do acórdão.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da ocorrência dos danos materiais e morais demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando o recurso especial deixa de indicar de modo preciso como teria ocorrido a violação legal. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 473.327/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 20/6/2016)

(2), (5) e (6) Da violação dos arts. 5º, XXXV e XXXVI, 93, IX, e 196, da CF/88

Não é possível a análise de eventual ofensa a dispositivos da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

A propósito, veja-se o precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO

ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. DESCABIMENTO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. PREPARO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. DESERÇÃO. SÚMULA Nº 187/STJ.

1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, a análise da interpretação da legislação federal, motivo pelo qual se revela inviável discutir, nesta seara, a violação de dispositivos constitucionais, matéria afeta à competência do STF (art. 102, III, da Carta Magna).

2. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta.

3. Incide, por analogia, a Súmula nº 284/STF quando o recorrente deixa de indicar o dispositivo de lei federal que teria sido violado pelo Tribunal de origem.

4. O recorrente deve comprovar, no momento da interposição do recurso especial, o pagamento das custas judiciais e do porte de remessa e retorno dos autos, sob pena de deserção, ainda que o recurso tenha por objeto a gratuidade da justiça, pois a concessão de tal benefício não tem efeito retroativo. Precedentes.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 803.183/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 5/4/2016, DJe 12/4/2016 - sem destaque no original)

(3), (4) e (5) Da cobertura do plano de saúde

UNIMED RIO insurge-se contra o acórdão do Tribunal bandeirante que determinou o fornecimento de medicamento de uso domiciliar, por reputar que a operadora do plano de saúde não poderia ser instada a pagar medicamentos de uso domiciliar, cuja cobertura não é obrigatória à luz da legislação e nem encontra previsão contratual, além de considerar que há desequilíbrio econômico-financeiro no contrato de plano de saúde quando há ampliação da cobertura sem o devido reajustamento da contraprestação, acarretando onerosidade excessiva para a operadora e de sustentar que a legislação consumerista autoriza a limitação dos direitos em contrato de adesão, desde que as cláusulas restritivas sejam destacadas.

O entendimento dominante nesta Corte é de que o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de terapêutica indicada por profissional habilitado na busca da cura e que é abusiva a cláusula contratual que exclui

tratamento, procedimento ou material imprescindível, prescrito para garantir a saúde ou a vida do beneficiário.

Na verdade, se não fosse assim, estar-se-ia autorizando que a empresa se substituísse aos médicos na escolha da terapia adequada de acordo com o plano de cobertura do paciente. E isso é incongruente com o sistema de assistência à saúde, porquanto quem é senhor do tratamento é o especialista, ou seja, o médico que não pode ser impedido de escolher a alternativa que melhor convém à cura do paciente.

Sendo assim, observa-se que o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência do STJ, no sentido de ser abusiva a recusa de custeio dos medicamentos prescritos pelo médico responsável pelo tratamento do beneficiário, ainda que ministrados em ambiente domiciliar.

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PLANO DE SAÚDE. MEDICAMENTOS DE USO DOMICILIAR. INDEVIDA RECUSA DE COBERTURA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

2. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (AgInt no AREsp 1.097.679/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 23/2/2018 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA. NEGATIVA. ALEGAÇÃO DE MEDICAMENTO DE USO DOMICILIAR. DANO MORAL CONFIGURADO.

1. Revela-se abusiva a recusa de custeio do medicamento prescrito pelo médico responsável pelo tratamento do beneficiário, ainda que ministrado em ambiente domiciliar. Precedentes do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.064.435/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe 23/11/2017 - sem destaque no original)

Superior Tribunal de Justiça

Logo, o acórdão de origem, ao entender ser indevida a recusa de UNIMED RIO de custear a medicação requerida, encontra-se alinhado com a jurisprudência desta Corte. Por essa razão, não merece qualquer tipo de reparo.

Nessas condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial e, nesta extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

MAJORO os honorários advocatícios anteriormente fixados em R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) para R\$ 2.415,00 (dois mil, quatrocentos e quinze reais), nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator